

ESSA ÁGUA PODE SECAR!

TÉCNICOS DO GOVERNO
ALERTAM: DAQUI A 30 ANOS,
ASSOREAMENTO
VAI PÔR EM RISCO O LAGO
PARANOÁ

Rovênia Amorim
Da equipe do Correio

A regularização de condomínios e parcelamentos urbanos é uma ameaça ao Lago Paranoá. O alerta foi feito por técnicos do Governo do Distrito Federal, em audiência pública para discutir o gerenciamento ambiental e a ocupação do lago artificial criado em 1959. O adensamento populacional na região da bacia hidrográfica do Paranoá pode apressar o já acelerado processo de assoreamento.

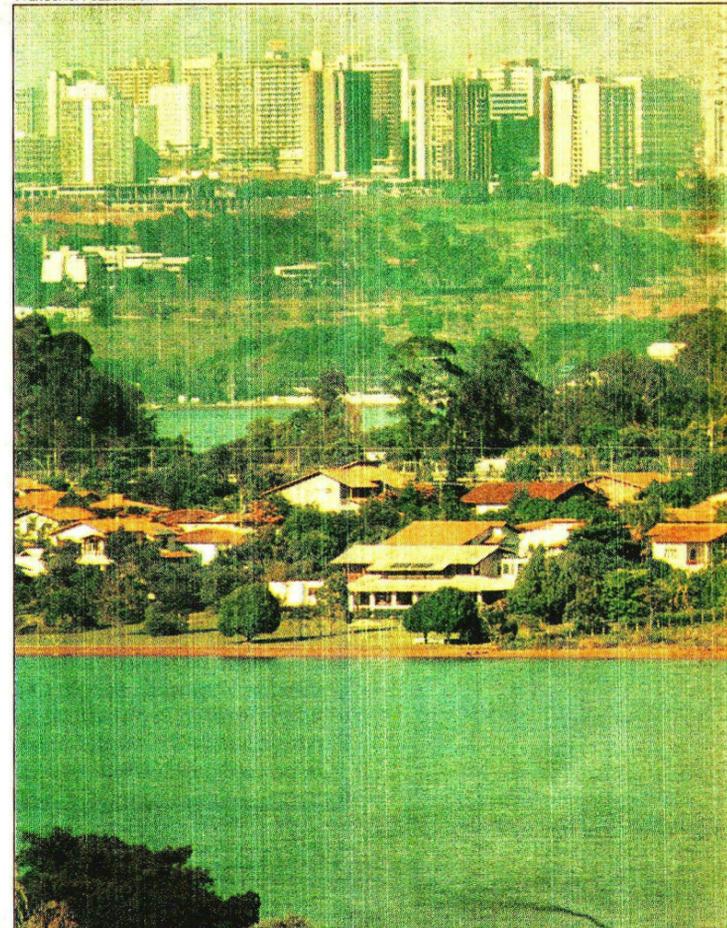
“Se continuar assim, Brasília poderá ficar sem o lago daqui a 30 anos”, prevê o engenheiro da Caesb Marcelo Teixeira Pinto. Ele diz que o avanço de terra e areia sobre as águas já mudou o desenho do Lago Paranoá. “Não temos esse novo mapa, mas com certeza não é aquele que estamos acostumados a ver. Parte dos braços do lago não existe mais”, afirma o especialista da Caesb em estudos sobre a qualidade das águas do Paranoá.

E faz a sugestão: “É preciso frear o adensamento populacional. Ninguém está fazendo nada hoje para conter esse assoreamento. É um problema meio sem pai e mãe.” O problema não está restrito aos aterros nas margens, feitos para a construção de marinas, cais e píer. Solução encontrada pelos moradores das QL e ML e clubes para atingir a profundidade que permite a ancoragem de embarcações.

A grilagem de terras, nas duas últimas décadas, foi um agravante. A promotora de Defesa da Ordem Urbanística, Ana Luíza Leão Osório, lembrou os parcelamentos das chácaras na Colônia Agrícola Vicente Pires. A terra pública, da Fundação Zoobotânica, continua sendo dividida indiscriminadamente em terrenos de mil metros quadrados. A movimentação de terra é feita sem estudos de impacto ambiental. E grande parte da terra revolvida cai nos córregos que alimentam o Lago Paranoá, que também sofrem processo de assoreamento.

A promotora Ana Luíza explica que há várias ações no Ministério

Wanderlei Pozzembom 7.11.97



Legislação dúbia impede que se fiscalize a ocupação à beira do lago

Público contra os parcelamentos das chácaras do Vicente Pires. “Infelizmente, o Judiciário ainda não acordou para a questão ambiental. Leva muito em conta o lado social”, critica. Ela explica ainda que, mesmo depois de regularizados, os condomínios terão de pagar o ônus dos danos ao meio ambiente. “A responsabilidade é objetiva. A regularização não elimina a obrigação de indenização.”

Morador da QL 28 do Lago Sul, o velejador Guilherme Raulino, 50 anos, concorda que é preciso salvar o Lago Paranoá do assoreamento. “Nenhum governo parou para pensar esse problema. Toda aquela montanha de terra da obra do metrô, lá em Águas Claras, acabou sendo levada para o lago.” O velejador criticou também os aterros nas margens feitos pelos moradores das QL e ML, clubes e demais empreendimentos.

“Não existe a mentalidade nessa cidade de cavar o terreno para ter a profundidade para o barco chegar. Não, é mais fácil jogar terra e aterrar um pedaço do lago”, diz. “Eu velejo pelo lago, amo-o, mas sei que o assoreamento é um problema grave.”

A idéia da audiência pública, promovida pela Secretaria de Meio Am-

biente, Ciência e Tecnologia (Sema-tec), era convocar a comunidade e especialistas a discutir com secretários e técnicos do Governo do Distrito Federal a ocupação do Lago Paranoá. E criar, a partir dessas discussões, uma nova lei que torne mais clara essa ocupação.

A legislação que disciplina o uso do lago é vasta e complicada. Ora, diz que as construções devem respeitar o limite de 15 metros das margens (Lei 6766/79). Ora, diz que essa distância seria de 30 metros (Resolução 004/85 do Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama). Mas uma coisa é certa, segundo a promotora Ana Luíza, a quem coube a tarefa de decifrar o conjunto de leis, decretos e normas.

“Não há legislação que autorize a construção de aterros”, diz ela. “A única ressalva para que fossem permitidos seria em casos extraordinários, que revertesse em bem para a nação.” Não seria o caso das centenas de aterros feitos ao redor do lago para a construção de marinas. O Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (Iema) e as administrações regionais ainda estudam como resolver o problema. Cobrar uma taxa de ocupação pelos aterros prontos seria uma proposta.